

3.

O VALOR DE USO E O VALOR DE TROCA, DOIS EXEMPLOS PRÁTICOS

Voltemos, portanto, à questão da definição de uma prática social com valor de uso, ou seja, valor de troca social produtiva ou humanizadora e não uma prática frívola ou inconsequente, naturalizada pela grande mídia e por produções análogas do meio acadêmico e legitimada nos bancos escolares.

Examinemos um primeiro exemplo explicativo. Outrora, quando afirmávamos que um relógio de pulso possuía valor de uso, isso era evidenciado pelo fato de que o relógio era uma ferramenta que servia para indicar as horas e algumas vezes minutos ou segundos. Ou melhor, as pessoas consideravam ou eram levadas a considerar que um relógio de pulso era um objeto industrial cuja função primeira era a indicação das horas para quem o portasse. Defendemos que agora ele é desenhado para outra finalidade ou função, isto é, é desenhado para algo ou alguma coisa que nós estamos qualificando de função frívola. Mas o objeto ainda é um relógio e os relógios servem para marcar as horas, diriam meus atentos leitores. Ocorre que os pares do campo estão aplicando o que viemos tratando como valor de uso entendido de uma nova maneira, que tal como no Campo da Arte, chamamos de modo “ampliado”³⁵ ou, se desejarmos, “mais complexo”, e acusam quem deseja pensar de

35 O termo foi primeiramente empregado por Rosalind Krauss e originalmente publicado no número 8 da revista *October*, em 1979. O texto, cujo título original é *Sculpture in the Expanded Field*, também apareceu em *The AntiAesthetic: Essays on PostModern Culture*, Washington: Bay Press, em 1984.

outro modo de estar pensando de um modo banal e corriqueiro ou incorretamente, já que na sociedade pós-moderna todas as coisas devem ser pensadas necessariamente a partir de sua complexidade. Discordamos dessa noção por dois motivos: i) primeiro, porque nosso entendimento é o de que continuamos vivendo em sociedade moderna e não pós-moderna, aliás, consideramos que o emprego desse termo é um equívoco teórico³⁶; e ii) em segundo lugar, existem meios de pensarmos as coisas do nosso mundo objetivamente mesmo em sua complexidade, precisamos apenas ter o domínio das armas da crítica.

Essa discussão não é apenas por conta de um simples problema semântico, penso que sua ocorrência seja uma estratégia política da categoria profissional que opera as discussões críticas, seja no Campo da Arte, seja no Campo do Design, para desmontar – talvez ampliar – a antiga conceituação. Aliás, diga-se de passagem, não há mal algum em alterarmos o sentido ou significado de algo ou de alguma coisa, mas julgo que, caso isso esteja sendo realizado, é preciso saber por qual motivo está sendo feito. O Campo do Design reforça essa argumentação afirmando que o objeto possui mais finalidades, novas tecnologias etc., contudo, penso que essa argumentação deve ser compreendida como uma camuflagem, uma manobra diversionista para ocultar, ou subtrair do objeto industrial, tal como ocorreu no Campo da Arte, o seu valor utilitário original. Trata-se, portanto, de uma forma política para aqueles que desejam ressignificá-lo com um valor simbólico de distinção, que mais tarde possa ser convertido em valor financeiro. Os relógios de pulso deixaram de ser aquilo que eram e passaram a ser “outro” objeto, um objeto para outra finalidade, que não aquela para que ele foi projetado originalmente, marcar horas.

Se possui mais funções – fases da Lua, dias da semana, do mês etc. –, se possui novas tecnologias – baterias elétricas prolongando tempo de uso, ou sistemas mecânicos que substituem a antiga corda pelo movimento do braço do usuário quando ele se movimenta, vidros mais

36 CONTINO, Joana *et* CIPINIUK, Alberto. Ideologia, divisão capitalista do trabalho e papel social do designer: um estudo sobre a produção de materialidade no design de moda. *In.*: **Revista Moda Palavra**, v. 10, n. 19 (2017).

resistentes etc. –, meus colegas, teóricos do campo, julgam que esse objeto aperfeiçoado (redesenhado) passou a ter um maior valor social, aliás, os fabricantes e aqueles que o comercializam podem cobrar mais por ele. Trata-se, portanto, de aproveitar uma questão definida por critérios de quantidade e não mais de qualidade, para produzir mais-valia ou lucro. Não podemos também deixar de pensar que os relógios, tal como telefones celulares de hoje, são também minicomputadores e, se nos situarmos nessa conceituação, é óbvio que esses objetos passam a ser “outra coisa”, ou melhor, temos que pensá-los como se fossem outro objeto industrial, o minicomputador, é claro que com várias funções, incluindo indicar as horas. De qualquer modo, como estamos o empregando aqui, tenho a impressão de que o relógio de pulso ainda é válido como exemplo.

Antes de avançarmos, gostaria que ficasse claro que não estamos argumentando contra o aperfeiçoamento dos produtos industriais. Não estamos defendendo a volta das caravelas se já possuímos aviões a jato. O problema é mais sutil e peço-lhes um pouco de paciência para que possa me explicar.

Não sem importância, esse ponto verifica-se essencial para o exercício da profissão do designer, haja vista o fato de que os designers ou projetistas de relógios precisam, em primeiro lugar, saber se os objetos que projetam serão úteis ou não. Afinal, do ponto de vista utilitário, depois de muitos anos não se percebe nenhuma modificação no relógio de pulso, somente relógio, além de marcar as horas. Mesmo que sejam empregadas novas tecnologias digitais em lugar das mecânicas para a marcação da passagem do tempo, o que se vê ao final são as horas, minutos e segundos, ou ainda a marcação dos dias.

Portanto, qual seria a sua “nova” função social, o novo valor de uso social ou de utilidade para o relógio de pulso? Será que poderíamos acrescentar a ele os aspectos formais de configuração (estéticos)? Caso esse ponto seja importante, seria de bom alvitre considerar se a configuração estética do relógio é mais importante ou útil do que a antiga função, caso contrário estaríamos comprovando apenas que a

nova função simbólica do relógio de pulso seria operar distinção social a quem o possui.

Ora, penso que ninguém mais discute se os aspectos estéticos são importantes ou não. Nos dias de hoje, não há mais dúvida sobre o fato de o relógio ter se transformado simbolicamente em uma espécie de joia ou adorno pessoal de sofisticação ou refinamento, daí a ênfase nos aspectos estéticos. O valor de uso e o valor de troca simbólica foram iguados e me parece que a única consequência é que estamos discutindo uma questão que concerne mais ao domínio das quantidades ou medidas, uma questão de natureza quantitativa, enquanto ela deveria ser qualitativa.

Na verdade, desde o surgimento do relógio, a sua definição sempre foi associada ao seu uso social, isto é, a sua finalidade utilitária de marcar a passagem do tempo era majoritária, mas ao mesmo tempo ela se reunia à sua dimensão simbólica, que nesse caso era estética, com vistas à distinção social que esse objeto oferecia. É inequívoco que possuir um relógio era e ainda é um símbolo de distinção social, e seria inútil ficar aqui discutindo se no passado esse valor era mais ou menos importante em relação ao valor de uso.

De acordo com uma lenda funcionalista, também difundida no Campo do Design³⁷, quando Louis Cartier teve a ideia de comercializar os relógios para serem colocados no pulso, considerou um pedido pessoal de seu amigo e meu xará Alberto Santos Dumont, que para pilotar seus dirigíveis precisava de uma ferramenta que marcasse o tempo em um lugar visível, de modo que não precisasse procurar o seu relógio nos bolsos do casaco ou da calça.

Portanto temos aqui um dilema: como considerar teoricamente o relógio de pulso? Ou bem ele será visto por conta de sua função ou propósito de marcar as horas, ou bem ele será considerado simbolicamente pela distinção social que traz ao seu portador. Como vimos com o exemplo do Monty Python, de nada serve expandir o contexto até os limites do universo, para diminuir o abatimento moral de Mrs. Brown.

37 LEON, Ethel. **Design Brasileiro, quem fez, quem faz**. Rio de Janeiro: Viana & Mosley e SENAC-Rio, 2005, p. 27.

Do mesmo modo, também de nada adianta afirmar que os infectos hospitais da Guiné Equatorial são muito piores do que os do Brasil, pois isso não ameniza o problema dos pacientes mal atendidos em nenhum dos dois países.

Penso que a sua definição teórica deve ser sempre procurada no argumento mais abrangente, que é também o mais explicativo e que oferece a versão mais objetiva, daí devemos definir o objeto examinando-o empiricamente em sua situação de uso, ou tal como os diferentes segmentos sociais o empregam concretamente, para em seguida saberemos se esses objetos podem ser chamados de objetos de design.

Qual seria, portanto, a função de uso mais relevante ou mais empregada socialmente em relação ao relógio de pulso? Os meus alunos da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro diriam que as duas funções são necessárias e essa discussão seria inútil, mas o que estou trazendo para o debate e que me parece nítido e inquestionável é outro ponto.

Mais adiante eu discutirei os motivos pelos quais os meus alunos da PUC-Rio e de outras escolas de design pensam desse modo, mas nos dias de hoje não temos como negar que esse objeto (relógio de pulso) é visto muito mais por sua dimensão simbólica, como adorno pessoal de distinção. Quanto mais caro melhor. Muito mais do que por conta de sua capacidade de marcar as horas. Aliás, curiosamente, de modo geral, os meus alunos têm muita dificuldade de “ler” as horas em relógios com ponteiros. Para mim, esse dado já indica que o uso que se dá ao relógio de pulso não é o de indicar as horas e ao mesmo tempo evidencia o uso cultural de certas formas de representação e como elas são empregadas para comunicar algo ou alguma coisa. Ademais, nos tempos de uma eventual cultura pós-moderna, especialmente nas chamadas democracias capitalistas, começamos esse capítulo afirmando que hoje existem coisas e saberes denominados abertamente inúteis, mas que revelam, na realidade, uma extraordinária utilidade. Enfim, situações que acabam reforçando o oxímoro kantiano da finalidade sem fim, com a utilidade do inútil. A moderna ou a propalada e eventualmente equivocada noção pós-moderna da cultura capitalista fez com que as

peessoas parecessem não se importar se um objeto possui valor de uso. Os objetos industriais não se enunciam como problemas, exceto para o professor (apenas alguns) que precisa discutir essa questão em sala de aula ou nos livros que escreve. Aliás, mais uma questão: para quem os relógios de pulso servem? Para marcarem as horas? Um mero exercício de lógica, nos faz verificar que eles só servem para os estratos sociais que precisam saber as horas, correto? Quem é dono ou proprietário do próprio tempo não precisa consultar os relógios, e os meus alunos, que normalmente chegam atrasados às suas aulas e possuem relógios caros, também parecem não se incomodar com o tempo, afinal quarenta ou cinquenta minutos, para eles, nunca é estar atrasados para as minhas aulas, mas intransigência do mestre que tem a ousadia de exigir que cheguem na hora dos seus cursos.

Talvez o exemplo do relógio de pulso não tenha sido suficientemente nítido para esclarecer a diferença entre o valor de uso e o valor de troca simbólica com função social. Contudo, antes de avançarmos, gostaria de assuntar de acordo com uma hierarquia daquilo que realmente possui relevo, que não se trata de fazer juízo moral do objeto em discussão, mas de entendê-lo a partir da observação empírica do modo como ele é usado socialmente. Em uma época em que quase tudo aquilo que conhecemos parece estar de cabeça para baixo, em que é comum ouvir que somente as pessoas pouco inteligentes não julgam de acordo com as aparências, parece-me claro que a frivolidade orienta corações e mentes.

Tratando de questões complexas, quase nunca discutidas pelos pares do campo, julgo que involuntariamente poderia produzir o equívoco de considerar que o valor de troca simbólica é sempre um valor fútil e, por isso, ideologicamente comprometido com uma classe social, a burguesia, mas não é isso que estou defendendo. Não se trata de uma questão de definirmos qual é a classe social que faz uso disso ou daquilo, mas de entendermos como se produz um valor difuso, uma disposição, um *habitus*. Penso até que imediatamente os meus colegas correrão para argumentar que uma pesquisa científica deveria ser neutra para

que pudesse ser legítima, coisa de que eu discordo terminantemente.³⁸ Aliás, defendo o contrário: ela só é legítima se for ideológica.

Na circunstância de as investigações científicas ou acadêmicas, que por definição devem ser filosóficas ou especulativas, isto é, devem considerar qualquer fator da totalidade, incluindo aí os mais irrelevantes, mesmo aqueles que podem se associar indiretamente ao objeto de estudo, e daí o fato de parecerem desnecessárias ou suntuárias, as investigações aplicadas são instituídas para atingir um fim determinado, e nesse caso as hipóteses formuladas precisam ser confirmadas e porque são mais rápidas e expeditivas. Talvez o único problema que se verifica nesse dilema é que as investigações com vistas à maior agilidade para obter resultados produzem equívocos colossais. É muito difícil optar por esse afastamento ou contemplação, uma vez que os resultados são ansiosamente esperados. Por essa razão, gostaria de oferecer um segundo exemplo dessa situação complexa para discussão: o caso dos telefones celulares.

O que é hoje um telefone celular? Atualmente ele não é apenas um telefone, mas um objeto industrial passível de ser apreciado sob diversos ângulos e no qual todas as pessoas dizem encontrar uma série de funções e todas supostamente possuem um valor de uso, inclusive o de marcar as horas, tal como o relógio de pulso. Essa diversidade de usos “aperfeiçoados” do telefone celular é empregada como principal argumento para que ele seja uma verdadeira coqueluche popular, pois praticamente todas as pessoas fazem uso dele, daí pode-se dizer que tem valor de uso. *Vox populi, vox dei*³⁹, ou seja, tal como vimos no exemplo do relógio de pulso, ainda se trata de um argumento quantitativo – o

38 Penso que não existe neutralidade na pesquisa científica, pois as diferentes circunstâncias que operam na escolha dos objetos de estudo são ideológicas, contudo, essas circunstâncias podem e devem ser consideradas como dialéticas, ou seja, ao mesmo tempo em que o contexto é determinante, o pesquisador não é um agente passivo e pode ter os meios críticos necessários para contestá-lo. Ademais, existe também o acaso nas pesquisas e, muitas vezes, procura-se algo e encontra-se outra coisa diferente. Considero essa possibilidade uma raridade, porém, não nego sua existência.

39 Esse velho provérbio latino significa: “A voz do povo (é) a voz de Deus”.

maior número de pessoas – para confirmar a verdade desse objeto. Se todo mundo adota ou usa esse objeto, essa deve ser a vontade de deus. O fato de eu empregar aqui o termo “vontade de deus” (em minúsculas) é justamente para reforçar o valor de uma crença. Não se trata, portanto, de uma convicção formulada a partir de análise ou verificação empírica de valores e usos sociais.

Contudo, ainda aqui, com esse exemplo mais atual e de difícil apreensão pelo intelecto, parece-me que os telefones celulares também funcionam preferencialmente do ponto de vista simbólico, ou seja, dentro de uma economia de trocas simbólicas, ele é a evidência de um importante capital simbólico. Porém, é ainda contraditoriamente chamado de *telefone* e é para isso que é comercializado, para comunicação telefônica interpessoal. Enfim, se já havia um dispositivo para comunicação interpessoal (o telefone), agora são apresentados muitos mais dispositivos e inúmeras outras funções, para outros fins, todas apresentadas às pessoas como extremamente úteis, com valor de uso. Entretanto, o meu interesse é evidenciar que o problema não está no objeto, mas nos valores simbólicos que servem de justificativa para quem o utiliza. É nesse ponto que reside a nossa discussão.

Penso que aqui existe um problema típico da situação histórica específica de nossa época, pois os objetos industriais possuem em si mesmos um maior valor de troca simbólica do que de uso, quer dizer, eles são produzidos pela indústria, que se encontra em crise de superprodução e, por essa razão, estamos discutindo esse problema e não outro. A sua função social verdadeiramente produtiva foi suplantada por outras não necessárias socialmente, mas de algum modo constituídas como se fossem. O que a indústria quer é vender mais aparelhos e não aparelhos disso ou daquilo. A indústria precisa que as pessoas considerem que esse ou aquele objeto industrial – aqui, o telefone celular – necessário para sua existência, que todo mundo considere que deve possuir um.

A dimensão estética do aparelho celular, suas formas, por exemplo, é uma das justificativas empregadas, isto é, se ele é mais fino, mais leve, fornece mais cores, mais luzes, etc., não é mencionada como estética, trata-se de uma questão formalista travestida de funcional. Desse

modo, agora poderíamos estar discutindo se o valor simbólico, que nesse caso é estético, pode ser considerado necessário, tal como o fato de o relógio de pulso servir para marcar as horas. Ora, o problema não é se o objeto é funcional ou estético, tampouco se ele adota uma estética funcionalista, mas é que há uma superprodução de bens e serviços e eles precisam ser consumidos ou vendidos, daí a categoria profissional dos designers, dentre outras – *marketing*, antropólogos, psicólogos, observadores de comportamento –, é chamada para produzir objetos atraentes e que ensejem o “desejo” dos consumidores.

É verdade, marcar a passagem do tempo é um uso simbólico do tempo, pois se nós nos perguntássemos para que serve marcar a passagem do tempo, verificaríamos que essa questão dos relógios só tem sentido para o tipo de convenção social que arbitramos seguir. Ela só existe em nossa sociedade pois decidimos regular o tempo de trabalho em horas e dividimos o dia dessa maneira. Ela é também responsável pelo cálculo de pagamento das horas trabalhadas. Existem sociedades que se organizam e funcionam muito bem e não fazem uso de nenhum instrumento para a marcação do tempo em horas. As pessoas olham para o céu e observam a situação do Sol e se dão por satisfeitas. Então, o que seriam realmente os objetos industriais com um valor de uso? Não estaríamos simplificando a nossa questão admitindo que todos os objetos teriam valor de uso? Ora, na sociedade industrial, todos os objetos fabricados possuem valor de uso, caso contrário, por qual motivo seriam fabricados?

Distintamente de Pierre Bourdieu⁴⁰, afastando-se discretamente dos seus escritos⁴¹, estou defendendo o valor simbólico como valor de

40 BOURDIEU, Pierre. *La Distinction. Critique sociale du jugement*. Paris: Les Éditions de Minuit, 2003.

41 Quando se lê o que Bourdieu escreveu, normalmente temos a impressão de que ele se aproxima do estruturalismo, aliás, para muitos ele é estudado dentro do estruturalismo (ver, por exemplo: DOSSE, François. *Historie du Structuralisme*. Paris: Éditions La Découverte, 1992.). Daí porque penso ser importante afirmar que os fatos sociais são históricos, condicionados por circunstâncias concretas de um determinado período de tempo e não uma estrutura autônoma, transcendental ou independente das dinâmicas sociais de um período histórico.

uso social, só que, para mim, trata-se de uma situação condicionada concretamente por sua condição histórica, que se estabeleceu depois do advento da grande indústria e do modo de produção capitalista e não relativamente autônoma como Bourdieu a entende. Um objeto possui legitimação ou valor de uso pois está situado no nosso período histórico e não antes dele ou em um período que vigorará depois, alcançando uma dimensão trans-histórica, na qual será ressignificado, tal como ocorre com os objetos de arte. Como essa noção possui mais sentido, ou melhor, é mais percebida pelos cientistas sociais nos dias de hoje, dessa forma e não de outra, passa garantir o valor simbólico como valor de uso, mas aqui, e voltando a Bourdieu, diante dessa disposição do campo, somente por conta das circunstâncias sociais que envolvem nossa observação, que também são históricas, nos parece que essa dimensão simbólica possui mais valor social do que outrora entendíamos.

Será que as pessoas realmente acham que é mais importante possuir um aparelho celular com ene recursos, entre os quais a telefonia, ou poderiam viver com o aparelho com restritos recursos que possuíam antes? É claro que suas “escolhas” serão por aparelhos com mais recursos. De minha parte, penso que as pessoas foram levadas ou orientadas a pensarem do modo como pensam e isso não é mais uma estapafúrdia teoria conspiratória. É um fato plenamente comprovado. Caso essa disposição social não se alçasse historicamente por conta do uso que nós fazemos dessa ferramenta, não poderíamos percebê-la como problema. Ocorre que hoje não consideramos isso como o mais importante em nossa discussão. Assim, gostaria de lavrar minha compreensão na direção desse fato, pois na verdade, todos os “utilitários” do telefone celular não são propriamente para serem utilizados, isto é, não possuem valor de uso para todas as pessoas, excetuando-se a comunicação telefônica ou suas substitutas, mas, no meu modo de entender, trata-se de trocar seis por meia dúzia. Os “novos” dispositivos podem ser empregados se o usuário individualmente assim o desejar, são necessidades criadas, arbitrárias e contingentes, contudo, quem deseja possuir um telefone celular hoje, não está pensando apenas em comunicação telefônica. Acima de tudo, pensa em adquirir um status social de sofisticação, por

ter condições financeiras de adquiri-lo. Está comprando uma razão de ser, um estatuto ontológico produzido em nossa sociedade consumista, isto é, o utente compra um valor de distinção social que é também um valor de uso. Afinal de contas, mesmo que não estejam sendo empregados, para cada um dos inúmeros aplicativos que ele possui, o usuário paga pelos suplementos além do uso primeiro, a telefonia. Poderia comprovar minha argumentação pelo simples fato de que na maioria das vezes os aplicativos não são empregados e não o são justamente pelos altos custos cobrados pelo serviço da operadora. No Brasil, as tarifas cobradas pelas operadoras pelo uso do telefone e dos seus inúmeros aplicativos ainda é uma das mais caras do mundo e, além disso, se houvesse leis que protegessem verdadeiramente os consumidores, pelo serviço prestado de péssima qualidade que oferecem, seus dirigentes deveriam ser processados por estelionato, pois vendem algo que não podem entregar, isto é, vendem serviços que simplesmente não funcionam. É bem possível que no futuro próximo essas tarifas sejam barateadas, mas isso não altera o valor da minha argumentação.

No Rio de Janeiro conheço um rapaz de vinte e poucos anos, pertencente à alta classe-média carioca, que considera estar firmemente dentro do decoro social vigente e não se sente constrangido de ir a um restaurante sofisticado calçando sandálias havaianas, bermudas e camiseta, pois ao mesmo tempo traz consigo o seu objeto de distinção, o seu aparelho de telefone celular que custa quatro vezes e meia o salário mínimo pago no Brasil por um mês de trabalho. Curioso também observar que muitos trabalhadores assalariados, que no Brasil recebem em média dois salários mínimos, também possuem como “objeto de desejo” o mesmo aparelho que esse rapaz da alta classe média, mas não têm recursos para pagar pelos seus serviços, daí nunca os empregam.

Para nós, contudo, para aquilo que nos interessa nesse trabalho, o importante é compreender os moventes de quem projeta esses objetos industriais, as variáveis consideradas pelo designer⁴², quem dá configuração ou fabrica esse aparelho e não de quem o adquire, embora

42 É preciso lembrar que o designer raramente trabalha sozinho, então, não esqueçamos da equipe de estratégia comercial de quem emprega e orienta o designer.

possamos entender alguns aspectos da produção examinando os seus efeitos na recepção.

Examinando esse conjunto dados parece-me que o designer não está preocupado nos usos sociais da ferramenta para atender uma necessidade socialmente produtiva, mas para vender serviços eventuais, que poderíamos chamar de “desejo”, por comodidades caras e supérfluas, pois isso é um atributo ambicionado por várias classes sociais e também pelas mais endinheiradas. Ou melhor, ele é um objeto de luxo, produzido ou projetado pelo topo da pirâmide social – de acordo com a sua vontade –, mas ao mesmo tempo a indústria o distribui para outros segmentos sociais como algo absolutamente necessário, por conta de tais e tais aplicativos. A nossa compreensão é que ele poderia não ser um produto de luxo e que todas essas comodidades fossem disponibilizadas para todos e não apenas para poucos. Mais uma vez, é preciso lembrar que não defendemos uma volta ao passado e é claro que qualquer conquista humana deve ser socializada.

Pode parecer antigo aquilo que defendo, mas um objeto fútil é aquele que se caracteriza para atender o gosto simbólico do fausto, o desejo de ostentação, ou por despesas excessivas de uns poucos, mas não estou fazendo um juízo moralista contra o consumo desses objetos. Parece-me que esse tipo de objeto não foi pensado por um designer para possuir uma importância moralmente concreta e ela o seria se ele o pensasse para que todas as pessoas pudessem fazer uso dele. Como é apenas para poucos, é um objeto inútil, frívolo ou de ligeira demanda. Assim, muito mais do que um produto acabado com uma função determinada, uma real necessidade socialmente produtiva, algo que o utente poderia possuir apenas um e não ficar trocando a cada seis meses, o objeto fútil é uma espécie de suporte cuja utilidade ou uso maior não é realizada por quem o usa, mas para garantir a venda de serviços suntuários, ou melhor, a sua venda, pois daí a seis meses o mesmo objeto estará à venda por um preço menor, pois estará “desatualizado”, ou apenas “fora de moda”. Essa diferença de comportamento do produtor dos objetos industriais (o designer é um agente que participa dessa produção, ainda que por delegação), assim como dos seus consumidores,

torna patente a diferença entre a sociedade do capitalismo industrial e a sociedade subsumida ao capitalismo flexível. Aliás, essa última se caracteriza também por isso, por sua maior ênfase na venda de serviços.

Como vimos mais atrás, a ampliação da designação do sentido do termo valor de uso para um produto que transmite distinção social está teoricamente equivocada, pois o valor de uso é um valor social necessário, embora o valor simbólico também tenha um uso social. Nas Ciências Sociais, o valor de uso se distingue do valor de troca desde os aprofundados estudos que Karl Marx realizou em *O Capital*.⁴³ Nos dias de hoje, muitos teóricos minimizam as análises fundadoras de Marx, pois julgam que ela se reduz apenas ao aspecto econômico, que todas as ações humanas se reduzem ao modo de produção econômico. Penso que aqui talvez não seja o lugar para discutirmos essa questão, pois ela é extensa e valeria outro livro, mas gostaria de deixar claro que não concordo com os teóricos e docentes que desfuncionalizaram as análises de Marx que distinguem valor e preço de um objeto, e que boa parte de minhas reflexões são ancoradas em seus escritos.

43 MARX, Karl. **O Capital. Crítica da Economia Política**. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo, Boitempo, 2013. p. 113-167.